



ANEXO XIX

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
DEMONSTRATIVO DE COMPATIBILIDADE DO ORÇAMENTO COM AS METAS FISCAIS DA LDO
(Art. 5º, Inciso I, LRF)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	LDO 2017		ORÇAMENTO 2017		Variação %
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	Valor Corrente (b)	Valor Constante	
Receita Total	31.486.543	29.737.952	26.902.342	25.408.332	8,73
Receitas Primárias (I)	28.285.973	26.715.124	24.003.130	22.670.127	6,60
Despesa Total	31.486.543	29.737.952	26.902.342	25.408.332	8,73
Despesas Primárias (II)	30.651.501	28.949.284	26.069.776	24.622.002	8,67
Resultado Primário (III) = (I - II)	(2.365.528)	(2.234.160)	(2.066.646)	(1.951.875)	85,17
Resultado Nominal	1.031.268	973.997	1.352.388	1.277.284	(335,76)
Dívida Pública Consolidada	9.173.891	8.664.423	9.315.011	8.797.706	10,22
Dívida Consolidada Líquida	6.906.992	6.523.415	7.157.703	6.760.203	20,95

cenário macroeconômico considerado:

VARIÁVEIS	2017
PIB real (crescimento % anual)	0,26
IPCA (% anual)	5,88



ANEXO XIX
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
DEMONSTRATIVO DE COMPATIBILIDADE DO ORÇAMENTO COM AS METAS FISCAIS DA LDO

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	LDO 2017		ORÇAMENTO 2017	
	PIB (P1)	1,0026	PIB (P2)	1,0026
	IPCA (I1)	1,0588	IPCA (I2)	1,0588
	PROJEÇÃO		PROJEÇÃO	
	corrente (A)	constante (B) = A/I1	corrente (C)	constante (D) = C/I2
I - RECEITAS FISCAIS				
I.1 - Receitas Correntes + Capital (C)	31.486.543.409	29.737.951.841	26.902.341.731	25.408.331.820
I.1.1 - Receitas de Origem Tributária	15.799.381.275	14.921.969.470	16.342.462.819	15.434.891.216
I.1.1.1 - Receita Tributária ⁽¹⁾	15.332.495.984	14.481.012.452	15.887.716.546	15.005.399.080
I.1.1.2 - Outras Receitas de Origem Tributária ⁽¹⁾	466.885.291	440.957.018	454.746.273	429.492.135
I.1.2 - Transferências da União ⁽²⁾	6.708.255.780	6.335.715.697	-	-
I.1.3 - Demais Receitas ⁽³⁾	8.978.906.355	8.480.266.674	10.559.878.912	9.973.440.604
I.2 - Deduções (Receitas Financeiras)	3.200.570.175	3.022.827.895	2.899.211.582	2.738.205.121
I.2.1 - Aplicações Financeiras ⁽⁴⁾	832.908.615	786.653.395	737.803.283	696.829.697
I.2.2 - Operações de Crédito ⁽⁵⁾	1.998.464.812	1.887.480.933	1.582.525.545	1.494.640.673
I.2.3 - Alienação de Bens	305.887.772	288.900.427	368.835.184	348.352.082
I.2.4 - Amortizações	63.308.977	59.793.140	210.047.570	198.382.669
Total das Receitas Fiscais (I.1 - I.2) (A)	28.285.973.234	26.715.123.946	24.003.130.149	22.670.126.699
II - DESPESAS FISCAIS				
II.1 - Despesas Correntes + Capital (D)	31.486.543.409	29.737.951.841	26.902.341.731	25.408.331.820
II.1.1 - Pessoal e encargos ⁽⁶⁾	21.000.656.018	19.834.393.670	14.677.724.095	13.862.603.036
II.1.2 - Demais Despesas ⁽³⁾	10.485.887.391	9.903.558.171	12.224.617.636	11.545.728.784
II.2 - Deduções (Despesas Financeiras)	835.041.988	788.668.292	832.565.984	786.329.792
II.2.1 - Juros e Encargos da Dívida ⁽⁵⁾	271.848.190	256.751.218	238.650.439	225.397.090
II.2.2 - Amortização da Dívida ⁽⁵⁾	303.843.463	286.969.648	250.983.701	237.045.430
II.2.3 - Concessão de Empréstimos	259.350.335	244.947.426	342.931.844	323.887.272
II.2.4 - Aquis. de Título de Capital já Integr.	-	-	-	-
Total das Despesas Fiscais (II.1 - II.2) (B)	30.651.501.421	28.949.283.549	26.069.775.747	24.622.002.028
III - RESULTADO PRIMÁRIO (A - B)	(2.365.528.187)	(2.234.159.603)	(2.066.645.598)	(1.951.875.329)
IV - RESULTADO NOMINAL	1.031.267.507	973.996.512	1.352.388.385	1.277.284.081
V - DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA ⁽⁵⁾	9.173.890.880	8.664.422.818	9.315.011.146	8.797.706.031
VI - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ⁽⁵⁾	6.906.991.815	6.523.415.012	7.157.703.318	6.760.203.360

NOTAS:

(1) As estimativas das Receitas de Origem Tributária, constituídas de impostos, taxas, dívida ativa dos tributos, multas e juros de mora dos tributos e da dívida ativa, para o período de **2017 à 2019**, em valores correntes e constantes, utilizando o ano base **2016**, foram informadas pela Secretaria de Estado de Fazenda.

(2) Após a instituição do Fundo Constitucional pela Lei 10.633/2002, os recursos destinados a atender as áreas de segurança são gerenciados diretamente pela Esfera Federal, motivo pelo qual não constam do sistema contábil do Distrito Federal. Contudo, a partir de 2015, os recursos destinados a área de saúde e educação voltaram a ser contabilizado no Orçamento do Distrito Federal.

(3) Os ajustes necessários para atingir o equilíbrio orçamentário, onde receita deve ser igual a despesa, foram alocados nas demais despesas (item II.1.2).

(4) Foi considerado como aplicações financeiras o total das contas: 1325.00.00 - remuneração de depósitos bancários das receitas patrimoniais e 1328.00.00 - remuneração dos investimentos do regime próprio de previdências dos servidores públicos do Distrito Federal.

(5) Os valores das Operações de Crédito, de Juros e Encargos da Dívida, da Amortização da Dívida, da Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, para o período de **2017 a 2019**, foram informados pela Subsecretaria do Tesouro/SEF.

(6) As despesas com Pessoal e Encargos do Poder Executivo, referentes a **2017**, foram obtidas a partir de nova estimativa, tendo por base o valor realizado no mês de **Março/2016**, somadas ao crescimento vegetativo de 3,6% e, também, das despesas autorizadas a sofrerem acréscimos, tais como criação de cargo, reajustes e nomeações decorrentes de concurso público, constantes do Anexo IV desta Lei, além de Despesas de Exercícios Anteriores, Pessoal Requisitado, Sentenças Judiciais e Indenizações Trabalhistas. Para **2018 e 2019**, foram acrescidos os reajustes autorizados e o crescimento vegetativo. As despesas do Poder Legislativo foram elaboradas conforme informações fornecidas pela CLDF e TCDF, acrescidas das projeções para sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores e pessoal requisitado, cuja projeção é elaborada pela SEPLAG. As despesas da Defensoria Pública compõem o montante do Poder Executivo e será programada na Lei Orçamentária conforme as disposições desta Lei.

Observações:

1) Para o cálculo do resultado nominal adotou-se o critério "abaixo da linha", que representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida ao final de cada exercício em relação ao apurado no mesmo período do exercício imediatamente anterior.

2) Preços Constantes: a conversão de valores correntes para constantes foi realizada com o uso do IPCA, trazendo os valores das metas anuais a preços praticados de acordo com as previsões da **LDO/2016**.

3) As expectativas de mercado para a taxa de inflação (IPCA) e PIB, foram obtidos no site do **Banco Central do Brasil**, na data de referência **(08/04/2016)**.

4) O cálculo das Metas Anuais foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela Secretaria do Tesouro Nacional sendo indicativo para a manutenção do equilíbrio fiscal do período.